



DECLARAÇÃO DE VOTO

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO DA CIÊNCIA – 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

Os deputados signatários do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em função da rejeição do relatório do Grupo de Trabalho da Ciência, relativo à 4.ª sessão legislativa, apresentado inicialmente pela Coordenadora do Grupo de Trabalho, vêm apresentar as seguintes considerações:

- Este Grupo de Trabalho apenas foi criado na 4ª Sessão Legislativa, depois de três sessões legislativas nas quais o acompanhamento da área da ciência foi promovido através de um relator individual nomeado pela comissão;
- A atividade desenvolvida, entre audições e visitas a instituições, centrou-se sobretudo na última avaliação das Unidades de Investigação, promovida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia em colaboração com a *European Science Foundation*;
- O relatório final do grupo de trabalho, apresentado, em primeira instância, pela respetiva Coordenadora e signatária da presente declaração de voto, correspondia à factual transcrição das audições realizadas, bem como aos relatórios das visitas redigidos e aprovados pela Comissão;
- Não obstante a inexistência de quaisquer posições subjetivas ou opinativas que extravasassem o conteúdo das audições, este relatório não foi acolhido pelo PSD e CDS-PP, que solicitou e enviou contributos no sentido de se apresentar uma versão mais curta, alternativa ao relatório inicial, sem a transcrição factual das audições.
- O Partido Socialistas considera que a transcrição objetiva e factual das audições contribui para uma análise mais global das potencialidades e ameaças do sistema científico e tecnológico nacional, e permite uma visão mais abrangente da análise que a comunidade científica fez do processo de avaliação das Unidades de Investigação e de todos os procedimentos inerente à complexidade deste tipo de processos;



- Neste sentido, pese embora o voto a favor do relatório do Grupo de Trabalho, tendo em conta que a versão inicial, mais longa, permite uma leitura mais direta e objetiva da opinião dos cientistas ouvidos, e traduz de forma mais incisiva a atividade desenvolvida na presente sessão legislativa, o Partido Socialista apresenta esta declaração de voto, à qual se anexa, dela fazendo parte integrante, a versão inicial do relatório, cuja redação corresponde à justa transcrição das reivindicações da comunidade científica.

Assembleia da República, 28 de julho de 2015

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

Elza Pais

Inês de Medeiros

Acácio Pinto

Odete João



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Relatório de Atividades

Grupo de Trabalho da Ciência

XII Legislatura

4.ª Sessão Legislativa

Coordenadora: Deputada
Elza Pais

Relatório de Atividades rejeitado na reunião da Comissão de 21 de julho, com os votos contra dos Deputados do PSD e do CDS-PP e os votos a favor dos Deputados do PS, do PCP e do BE, registando-se a ausência da representante do PEV.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Índice

1. Introdução	3
2. Audições e Audiências	5
2.1 Centro interuniversitário de Historia das Ciências e Tecnologias (CIUHCT) e Instituto de Materiais de Aveiro (CICECO)	6
2.2 Centro de Física e Investigação Tecnológica na Universidade Nova de Lisboa (CEFITEC) ..	13
2.3 Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED) e Grupo de Investigação em Recursos Marinhos (GITM)	15
2.4 Reitores das Universidades e Presidentes dos Institutos Superiores Politécnicos	24
3. VISITAS	31
3.1 Laboratório Nacional de Energia e Geologia - Lisboa	31
3.2 Associação Fraunhofer Portugal Research - Porto	37
3.3 Centro de Física e Investigação Tecnológica da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa	39
4. CONCLUSÕES	44



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

1. INTRODUÇÃO

O Grupo de Trabalho (GT) foi criado na 4ª Sessão Legislativa, sendo que, nas primeiras três sessões legislativas, o acompanhamento da área da ciência foi promovido através de um relator individual nomeado pela comissão, tendo a função sido desenvolvida pela deputada Elza Pais, atual coordenadora do presente Grupo de Trabalho.

Para além da coordenadora, fazem ainda parte do Grupo de Trabalho os Deputados Nilza de Sena (PSD), Inês de Medeiros (PS), Michael Seufert (CDS-PP), Rita Rato (PCP) e Luís Fazenda (BE).

Os trabalhos do GT da Ciência, atentas estas alterações introduzidas, começou a funcionar apenas em janeiro de 2015, tendo, de então para cá, sido realizadas onze iniciativas, entre audições, audiências e visitas a instituições.

A atividade parlamentar centrou-se essencialmente, tal como definido no programa aprovado para a presente sessão legislativa, na avaliação das Unidades de Investigação, promovida recentemente pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) em colaboração com a *European Science Foundation* (ESF), na promoção do “Dia da Ciência” realizado fora da Assembleia da República, na cidade do Porto, e em visitas a Unidades de investigação e Inovação.

No âmbito do “Dia da Ciência” realizou-se uma reunião com os Reitores das Universidades e os Presidentes dos Institutos Superiores Politécnicos públicos a norte do Douro, nomeadamente Reitor das Universidades do Porto, Vice-Reitor da Universidade do Minho e os Presidentes dos Institutos Politécnicos do Porto, do Cávado e Ave, de Viana do Castelo e de Bragança, e efetuou-se uma visita à [Associação Fraunhofer Portugal Research \(Fraunhofer Portugal\)](#), unidade de investigação e inovação que promove transferência de conhecimento e ligação ao setor empresarial. Além desta visita efetuaram-se mais duas, nomeadamente ao Centro de Física e Investigação Tecnológica da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e ao Laboratório Nacional de Energia e Geologia – Lisboa.

O critério utilizado para a seleção das Unidades de Investigação a ouvir no âmbito do processo de avaliação a que foram submetidas foi o de selecionar a Unidade de Investigação com classificação mais elevada em cada um dos seis níveis de avaliação estabelecidos: excecional, excelente, muito bom, bom, razoável e insuficiente.

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Acresce dizer que os critérios adotados para a classificação foram os seguintes:

- Excecional: são reconhecidas como referência internacional pela produção científica e tecnológica, tendo um impacto notável na respetiva área de investigação;
- Excelente: possuem elevada qualidade e mérito internacional da sua produção científica e tecnológica, contribuindo significativamente na respetiva área de investigação;
- Muito Bom: são reconhecidas como uma referência nacional, tendo um importante relevo internacional para a respetiva área de investigação;
- Bom: possuem qualidade a nível nacional, de reduzida internacionalização, contribuindo para a respetiva área de investigação;
- Razoável: não trazem um contributo significativo para a respetiva área de investigação;
- Insuficiente: para além de não trazerem qualquer contributo para a respetiva área de investigação, possuem algumas insuficiências.

A avaliação foi realizada em duas fases, sendo que a primeira atribui as classificações de Bom, Razoável e Insuficiente e a segunda atribui qualquer uma das classificações supra identificadas. Os painéis de avaliação são organizados por áreas científicas e compostos por avaliadores de mérito e competência internacionalmente reconhecidos, provenientes de instituições estrangeiras, cabendo ao Conselho Diretivo designar os membros que compõem os painéis de avaliação e à tutela homologar a lista final de peritos. O financiamento às unidades de I&D abrange duas parcelas: **Um financiamento de base** a atribuir às unidades com classificação igual ou superior a Bom e um **financiamento estratégico**, a atribuir às unidades de I&D com classificação de Excecional, Excelente ou Muito Bom.

Assim, em processo de audição ou audiência foram ouvidas os seguintes Centros de Investigação:

- Centro Interuniversitário de História das Ciências e Tecnologias (CIUHCT)
Unidade de Investigação classificada com excecional
- Instituto de Materiais de Aveiro (CICECO)
Unidade de Investigação classificada com excelente
- Centro de Física e Investigação Tecnológica na Universidade Nova de Lisboa (CEFITEC)
Unidade de Investigação classificada com bom



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED)
Unidade de investigação classificada com razoável
- Grupo de Investigação em Recursos Marinhos (GITM)
Unidade de investigação com classificação de fraca



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

2. UNIDADES DE INVESTIGAÇÃO - AUDIÇÕES E AUDIÊNCIAS

2.1. Audição conjunta do Centro Interuniversitário de História das Ciências e Tecnologias (CIUHCT) e do Instituto de Materiais de Aveiro (CICECO):

a) [Centro Interuniversitário de História das Ciências e Tecnologias \(CIUHCT\)](#)

Unidade de investigação classificada com **excecional**

- Prof^ª. Ana Isabel Silva Araújo, representante do Centro, que é coordenado conjuntamente com a Prof^ª. Maria Paula Diogo

É o único centro financiado pela FCT na história das ciências e da tecnologia. Resulta da fusão, em 2007, de dois centros também financiados pela FCT (Centro de História e Ciências da Universidade de Lisboa e Centro de História e Filosofia das Ciências da Universidade Nova de Lisboa). Em 2013 já o Centro estava adiantado face à reorganização do mapa indicado pela FCT, pese embora terem proposto, ainda assim, uma reorganização interna, a promover até 2020. A organização deste Centro em 2015 não passa pelo espaço geográfico, sendo uma reorganização exclusivamente científica. Esta área de investigação é relativamente recente no contexto nacional, sendo que se verifica uma escassez de profissionais, pese embora haja pessoas interessadas na área.

Relativamente à avaliação, há opiniões diferentes quanto à primeira e segunda fase:

- Na 1.^ª, na qual só passariam os centros com classificação acima de “bom”, atendendo às especificidades desta área e não conhecendo os avaliadores anónimos (deram uma avaliação de 18, 19 e 20), foi a primeira vez, na longa relação com a FCT, em que tiveram a noção que estavam a ser avaliados por especialistas que tinham conhecimento da área e que a reconheciam internacionalmente. Fator assinalado como positivo, pois ser avaliado por especialistas conhecedores é sempre uma mais-valia num processo desta natureza;



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- Na 2.ª fase houve uma visita de um painel sem historiador, mas sim dois filósofos da ciência e outro da psicologia, motivo pelo qual questionaram um vogal da FCT que lhes disse que, nesta fase, estariam em avaliação questões ao nível de gestão e ambiente de trabalho entre membros seniores e juniores. Independentemente das críticas, o resultado posterior à visita foi de “excepcional”.

Relativamente ao resultado da 2.ª fase, e apesar da classificação de “excepcional”, foi um dos Centros a subscrever um comunicado público devido à inexplicável alteração, por parte da FCT, das regras de financiamento. Com efeito, pese embora todas as unidades de avaliação que passaram à 2.ª fase terem garantido o financiamento base que, no caso de um centro pequeno como este, com nota de excepcional, corresponde a 50.000€/ano, o budget que serviu de base à apresentação do respetivo projeto estratégico foi unilateralmente reduzido, tal como em todos os centros considerados excepcionais, em 15%. É uma situação que admitem ser dramática, sobretudo para os maiores centros, onde a verba correspondente é muito significativa. Tem de haver uma razoabilidade entre o que se pede e o objetivo científico e isso não foi acautelado pela FCT. As implicações podem ser complexas, sobretudo nos centros experimentais.

No caso deste Centro, a redução de financiamento vai repercutir-se nos recursos humanos (doutorados e pós-doutorados), pese embora tratar-se de uma área na qual o investimento em formação é essencial. Trata-se de coartar parte das bolsas com as consequências previsíveis.

Afirmaram que, em conversa com o Prof. Miguel Seabra, chamaram a atenção para que, dentro de um processo que se baseia essencialmente na confiança, uma quebra de regras se tornaria muito difícil de gerir, tendo consequências posteriores ao processo (as regras previstas no site não foram cumpridas). Questionaram o então Presidente da FCT sobre a alteração de regras e sobretudo se essa alteração seria comunicada aos painéis avaliativos, visto que as Unidades de Investigação serão objeto de uma avaliação intercalar em dois anos e a redução de financiamento e, conseqüentemente, a redução de investigadores jovens, determina uma evidente dificuldade em cumprir as prioridades previstas no respetivo projeto estratégico. Em resposta, foi-lhes transmitido que estas alterações no modelo de financiamento não seriam comunicadas, escusando-se a ponderar as consequências para a avaliação intercalar desta quebra de confiança em termos organizacionais.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

b) [Instituto de Materiais de Aveiro \(CICECO\)](#)

Unidade de Investigação classificada com **excelente**

- Prof. Luis Dias Carlos – representante do CICECO

Representa um Laboratório Associado, tendo mudado recentemente de nomenclatura. É um laboratório que está dentro da estrutura da Universidade de Aveiro e é o maior centro de investigação nacional na área da ciência e engenharia de materiais, com interesse também na área das nanociências e nanotecnologia.

Foi criado em 2002 e tem presentemente cerca de 371 investigadores, dos quais 160 são doutores, sendo parte do seu *staff* constituído por professores, tendo ainda investigadores a tempo integral (investigadores de doutoramento e pós-doutoramento). O Centro contribui para a formação pós-graduada na universidade – desde 2002 foram apresentadas cerca de 230 teses de doutoramento e cerca de 600 teses de mestrado. É um dos grandes institutos europeus nesta área.

A Universidade de Aveiro, na área da ciência e engenharia de materiais, encontra-se entre as vinte principais a nível europeu, no que respeita ao ranking de citações em artigos científicos, sendo o Centro o grande responsável por este lugar.

Para além da investigação fundamental, têm também investigação aplicada (cerca de 62 patentes registadas, sendo o quinto maior produtor de patentes). Destacar a colaboração com o tecido empresarial regional, nacional e internacional, registando-se um aumento significativo nos últimos anos, como consequência da redução de financiamento da FCT, sendo que no último quinquénio o orçamento conseguido através das empresas aumentou cerca de cinco vezes (só no ano passado, cifrou-se em 1,6 milhões de euros).

Parte dos projetos tem uma forte componente europeia e os números existentes mostram uma forte subida face aos valores do anterior quadro comunitário (participaram em cerca de 46 candidaturas, tendo sido aprovadas, até à data, 6, totalizando um financiamento de cerca de um milhão de euros). Prossegue atividades de divulgação da ciência, em estreita colaboração com outras instituições, com destaque para a Ciência Viva.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Relativamente à política de financiamento, disseram o seguinte:

- Foi um processo muito ruidoso e por vezes a informação ficou um pouco escondida;
- São absolutamente favoráveis à implementação de processos de avaliação rigorosos e regulares, sendo a avaliação interpares um dos pilares da prática científica;
- Entendem que para além de uma componente de avaliação à distância, devia sempre incorporar uma visita às instituições (estava inicialmente previsto pela FCT mas por razões não clarificáveis, isto não aconteceu);
- Concordam com a escolha de uma instituição internacional para fazer a avaliação, mas consideram que a opção pela European Science Foundation (ESF) é questionável, visto não ter muita experiência na avaliação de instituições científicas;
- Em cada painel devia haver pelo menos 1 investigador nacional, conhecedor do “terreno”;
- A metodologia de avaliação foi definida pela FCT, mas não foi discutida e ajustada com a comunidade científica;
- Entendem que não foi prudente e gerou ruído o facto de terem sido divulgados os relatórios numéricos dos avaliadores antes de se terem realizado as reuniões de consenso dos painéis que terminaram a 1.ª fase, tendo essa divulgação evidenciado as diferenças dos elementos dos mesmos;
- Houve mudança de regras durante o processo, tendo dado como exemplo que o Regulamento previa que o financiamento tivesse uma componente base e uma estratégica, estando a primeira dependente da dimensão da entidade e sendo revista anualmente, em função da alteração da equipa, o que não se concretizou, esclarecendo que apenas lhes foi comunicado o montante global do financiamento;
- A fórmula de financiamento levou basicamente em conta o que tinha sido solicitado, sem avaliação da adequação do orçamento ao projeto de candidatura e à capacidade de a Unidade executar o orçamento, o que prejudicou as entidades que apresentaram um orçamento tendo em conta as dificuldades da conjuntura atual;
- Na 2.ª fase, uma delegação de 3 membros do painel de avaliação visitaram o Centro, sendo que dois deles tinham proximidade com a sua atividade e tendo a visita permitido o esclarecimento de detalhes



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

de governança da instituição e detalhes dos aspetos científicos do projeto (realçando as limitações no número caracteres aquando da introdução da candidatura na aplicação respetiva);

- Foi-lhes atribuída a classificação de “excelente”, com 24,5 pontos (única entidade no seu grupo com classificação até 0,5), tendo realçado a precisão de 0,5 valor, manifestado não conhecerem o que tinha levado a FCT a distingui-los e realçado que a classificação de excepcional só tinha sido atribuída a 11 entidades, quando a quota respetiva podia permitir essa classificação a 17 entidades;

- A ciência de materiais tem muita visibilidade e competitividade internacional, pelo que esperam a melhor atenção das entidades nacionais.

Em resposta aos pedidos de esclarecimento dos deputados e das deputadas presentes, as representantes do CIUHCT indicaram que:

- A discriminação das Humanidades é uma questão portuguesa mas também europeia e o Horizonte 2020 quase não tem financiamento para as Ciências Sociais e Humanidades, embora se diga que é transversal a todas as áreas com implicações sociais;

- A divisão entre ciência fundamental *versus* ciência aplicada não dá bom resultado e os cortes nas Humanidades são um problema geral, sendo conhecidas as implicações a curto e médio prazo para o conhecimento aprofundado dessa área do conhecimento e uma visão global da sociedade em termos humanos, sociais e culturais;

- A História da Ciência não passa por pioneirismo, tendo realçado a importância da forma como se posicionam internacionalmente, a nível das Ciências e Tecnologia e a participação que têm tido em grandes exposições;

- O júri que visitou o Centro centrou-se nas questões da gestão, organização e boas práticas, mais do que em questões científicas;

- No Centro, mais de 50% dos valores respeitam a recursos humanos, pelo que, dadas as limitações de orçamento, em vez de contratarem investigadores a 6 anos, irão fazê-lo apenas a 3 anos;

- Têm 53 membros e 30 alunos de doutoramento e pós-doutoramento;



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- As Humanidades e a História muitas vezes são penalizadas e ficam dependentes das agendas políticas;
- Verifica-se muita deslocação do eixo da investigação para a ciência aplicada;
- Tentam ligar a Ciência e a Tecnologia, fazer a ligação internacional e ver como podem influenciar na Ciência e Tecnologia europeia;
- Discordaram dos financiamentos à cabeça, que penalizam os jovens, realçando que os bons alunos eram muito críticos;
- Concordaram com a avaliação, por entidade internacional, para evitar *lobbies*, mas não numa perspetiva de dizimar;
- Todos os centros de investigação deveriam ter uma moratória para recuperação de uma avaliação e nesse período manterem o financiamento anterior;

Já os representantes do CICECO referiu que:

- O que tinha faltado para a atribuição da classificação de excecional tinha sido uma menor transferência do conhecimento para o tecido empresarial;
- No âmbito do processo não se pronunciaram em sede de audiência prévia e entretanto reestruturaram o foco para a transferência de conhecimento;
- De qualquer forma, consideraram que não podia haver apenas investigação aplicada, devendo haver os dois tipos de investigação;
- A Universidade de Aveiro tem várias plataformas com colaboração com empresas;
- No âmbito do Horizonte 2020 estão a preparar duas candidaturas envolvendo grandes companhias;
- Pretendem não ficar dependentes do dinheiro da FCT e ainda reforçarem a transferência de conhecimento;
- A avaliação aos centros de investigação envolveu o todo do centro e não apenas os seus membros;



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- Em contraposição à referência de que só os fortes podem sobreviver, considerou que o sistema não pode viver apenas com os muito bons, sendo o resto um deserto, tendo defendido que isso não é bom para o país;
- Realçou que o Centro que representa está integrado dentro da Universidade de Aveiro, que minora as dificuldades nos fluxos financeiros;
- Atualmente houve uma transferência de 5% a 10% dos financiamentos e ainda não sentiram o impacto, esperando que os fluxos financeiros voltem aos valores normais, sendo que têm 30 investigadores, 8 pagos pelo valor contratualizado.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

2.2 Audiência do Centro de Física e Investigação Tecnológica na Universidade Nova de Lisboa (CEFITEC)

Unidade de Investigação classificada com **bom**

A audiência ocorreu a 31 de março de 2015, após requerimento remetido pela instituição, em função da conclusão do processo respeitante à avaliação de unidades de I&D e da sua avaliação de “good”, tendo por isso sido excluído do processo de avaliação presencial e da segunda fase de avaliação. A instituição fez-se representar pelo Prof. Paulo Limão-Vieira (Coordenador) e pelo Prof. Orlando Teodoro, os quais transmitiram as suas preocupações em relação ao processo de avaliação do Centro.

Após uma breve apresentação da Unidade de Investigação, que conta atualmente com 16 pessoas, iniciaram a sua exposição relativa à avaliação promovida pela FCT, mostrando a sua admiração com a forma e o conteúdo da avaliação a que foram submetidos.

Com efeito, consideram que os seus outputs tecnológicos não justificam a classificação de Bom que lhes foi atribuída, realçando que, pese embora os dados bibliométricos facultados pela FCT e a sua representatividade a nível nacional os colocarem numa situação muito boa, os mesmos tinham sido ignorados pelo painel de avaliação.

Com a avaliação e o conseqüente financiamento, alertam para o risco de descontinuidade deste centro, cujo património e equipamento estão avaliados em cerca de 1.000.000€.

Em 2013 tiveram uma avaliação de “muito bom” e a atual avaliação de “bom” excluiu-os da avaliação presencial e da segunda fase de avaliação.

No processo de audiência prévia a FCT ignorou os factos de produtividade, internacionalização, formação avançada e potencial da unidade. Na respetiva área de atuação, podiam fazer a diferença a nível europeu, entendendo que estavam bem posicionados.

Os termos de classificação pareciam ser absolutos, mas afinal eram apenas relativos, podendo todas as unidades ser excecionais.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Após a intervenção dos senhores deputados/as e das questões colocadas aos representantes desta instituição, foram prestados os seguintes esclarecimentos:

- Concordam com a existência de avaliação e manifestam a vontade de ser avaliados mas discordam do processo em relação ao CEFITEC;
- Discordam da não existência de avaliação presencial, sendo certo que só quem teve uma classificação mínima de 16 pontos é que passou à 2.ª fase;
- Indicaram as linhas de investigação do Centro, com realce para o comportamento de superfícies e a erosão;
- Não apresentaram um pedido de reavaliação porque tinham existido 2 painéis de avaliação, tendo, no entanto, realçado que os mesmos tinham discordado entre si e o 2.º tinha justificado que tinham existido 2 critérios de avaliação diferentes;
- Os dois investigadores do programa Compromisso Ciência tinham de se ir embora, não havendo possibilidade de os manter;
- A avaliação não tinha levado em conta a capacidade instalada no Centro e as atividades desenvolvidas, nomeadamente, as relações com o CERN, *European Organization for Nuclear Research*;
- A participação em formação exterior não tinha sido valorizada;
- Reconhecendo fragilidades do CEFITEC, realçaram que a FCT pediu três tipologias de Centros – alta, média e baixa – mas os mais pequenos estavam muito limitados;
- Embora a FCT se tivesse comprometido a apoiar as unidades classificadas com “bom”, só há dias tinha pedido a reestruturação das Unidades, com a indicação de que deveriam apresentar a respetiva proposta em poucos dias, fazendo depender disso a atribuição de um financiamento de 100.000€;
- Reiteraram que queriam ser avaliados, mas com um processo em articulação com o painel, para se reequacionar a avaliação.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

2.3. Audição Conjunta do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED) e Grupo de Investigação em Recursos Marinhos (GITM)

No passado dia 16 de junho promoveu-se uma audição conjunta a unidades de investigação com classificação de razoável e de fraca, respetivamente, com vista a conhecer a sua perspetiva sobre o processo de avaliação promovido pela FCT.

a) [Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento \(CeIED\)](#)

Unidade de investigação classificada como **razoável**

- Prof. Mário Moutinho (Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias), Prof^a. Ana Benavente e Prof. Óscar de Sousa (ambos da Comissão Coordenadora da unidade CeIED)

A apresentação das análises efetuadas ao processo de avaliação inseriram-se num contexto mais vasto de críticas que a nível nacional se têm efetuado à forma como foi realizada a avaliação de Unidades de Investigação pelo Ministério da Educação e Ciência, gerida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e entregue à *European Science Foundation*.

De um modo geral expuseram o seguinte:

- Consideram que o processo de avaliação contraria o alerta do Conselho de Reitores das Universidades Públicas, segundo o qual “Para que um sistema de avaliação seja capaz de promover a excelência tem de, ele próprio, ser pelo menos excelente, se não excepcional”;
- Esta avaliação não teve a necessária qualidade, sendo uma oportunidade perdida para uma política nacional de promoção do conhecimento avançado e estando a resultar numa grave perda de confiança no sistema de avaliação;
- A forma espúria como foi feita a avaliação deste Centro não é um caso isolado mas pode considerar-se o caso mais escandaloso, porquanto um centro que recebeu uma das melhores avaliações a nível nacional na 1^a fase (excelente), obtém a pior avaliação na 2^a fase.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- Alertam para o facto de o processo violar boas práticas de avaliação e princípios éticos inerentes a um processo de avaliação institucional, estando em jogo questões objetivas de comportamento perverso por parte do Ministério da Educação e Ciência;
- O Centro apresentou a sua candidatura como uma nova Unidade, tendo como área principal as Ciências da Educação;
- A avaliação foi desenvolvida em 2 etapas, sendo que na 1.ª fase, a candidatura foi avaliada por 3 avaliadores selecionados pela ESF, tendo tido duas avaliações de excepcional (20 valores) e uma avaliação de 13;
- Ainda assim, este Centro, fruto da média aritmética obrigatoriamente aplicada, passou para a segunda fase de avaliação com 17,7 valores (excelente);
- Sucede que, nesta segunda fase, o painel 5 transformou o excelente em *fair*, recorrendo, como demonstram, ao falseamento e desprezo objetivo dos indicadores apresentados e documentados e elaborando argumentação alheia aos fundamentos teóricos e científicos que fundamentam a coerência e a visão estratégica do CeIED;
- Numa primeira reclamação apresentada, entendeu o Painel 5 sustentar a sua própria posição, insistindo em desconhecer que o impacto de uma publicação não se mede pela língua em que se publica mas por indicadores bibliométricos, desconsiderando a Revista Lusófona de Educação (revista avaliada e indexada nas mais importantes redes internacionais de indexação), negligenciado a existência de publicações de investigadores do CeIED na Routledge, Springer, Ashgate, Taylor & Francis, descreditando o mérito e a qualidade da produção científica vista durante a visita;
- Consideram ser clara a intenção de desqualificar o contributo do CeIED para a formação avançada através dos programas de doutoramento em Educação, Museologia e Urbanismo. Sobre a qualidade e a produção destes 3 doutoramentos, o painel nada disse, preferindo a crítica simplista de afirmar que os alunos, eram alunos a tempo parcial. Não quiseram ter em consideração o facto de se tratar de uma Escola Doutoral com 85 teses e 424 mestrados defendidos, com metade dos doutorandos estrangeiros e metade dos docentes a pertencerem a universidades estrangeiras.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- Já quanto aos alunos bolseiros, nem se aperceberam que dos 12 estudantes com quem tiveram oportunidades de falar, 10 estavam a beneficiar de bolsas de estudo, sendo que a ULHT assegura o maior programa de bolsas de doutoramento existente em Portugal, envolvendo já perto de 2M€;
- Referiram ainda o desconhecimento dos avaliadores quanto aos fundos que o Centro recebia, pois, durante a visita, o CeIED forneceu a lista de todos os projetos financiados, incluindo os respetivos montantes de financiamento, período de execução e entidade financiadora. Mais ainda, foram apresentados separadamente os projetos internacionais que o CeIED coordenava cientificamente no montante de 4.000.000 € e as redes internacionais onde os seus investigadores estavam envolvidos no montante 3.500M€ (valores dos mais elevados em Portugal);
- O Centro disponibilizou-se a facultar toda a documentação de cada projeto e toda a produção científica produzida durante o desenvolvimento dos projetos, se tal fosse solicitado pelo avaliador mas essa documentação nunca foi requerida (os avaliadores referiram que não tinham essa obrigação);
- Depois de referirem alguns projetos em concreto, desvalorizados pelo painel (exemplos do projeto FP7 Marie Curie SOCICULTKNOW, do projeto RIAIPE Network e do projeto “Fostering knowledge about the relationship between ICT and Public Spaces – CyberParks”), salientaram que os avaliadores apenas visitaram um laboratório onde, num curto espaço de tempo, lhes foi feita a demonstração de projetos realizados e em curso, cobrindo as áreas de desenvolvimento de aplicações computacionais para a comunicação em geral e para a transferência de tecnologias de comunicação para escolas secundárias;
- O Relatório de avaliação considera incoerente o Programa Estratégico do CeIED, tanto em termos de interdisciplinaridade como da eleição do espaço ibero-americano e da comunidade dos países de língua portuguesa como prioridade por parte de um centro situado na Europa, sendo certo que estes aspetos foram os mais valorizados pelos especialistas da 1ª fase de avaliação, ficando patente a sua não familiarização com conceitos chave como “desenvolvimento sustentável” e “sociologia pública”;
- O painel não quis compreender que existe um espaço Lusófono, um espaço Ibero-americano e um espaço europeu e teve dificuldade em compreender que as dimensões da Educação, da Memória e do Território estão intimamente articulados entre si e são elementos fundamentais para a compreensão do mundo contemporâneo;



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- Alertam para a desmontagem em curso do modelo implementado pelo Ministro Mariano Gago, sendo que a avaliação do CeIED se enquadra num processo mais amplo de desmontagem da estrutura de I&D mediante a implementação de um processo avaliativo com vista a reduzir 50% das unidades suscetíveis de serem financiadas pelos dinheiros públicos e europeus geridos pela FCT;
- Recordaram que, face à contestação das Unidades de Investigação, o Ministério apresentou um "Fundo excecional", na ordem dos seis milhões de euros, para contentar alguns daqueles que foram mal avaliadas e em consequência mal ou pouco financiados;
- Este processo de avaliação traduziu-se no estrangulamento de muitas unidades de I&D existentes em Portugal e no sufoco à nascença de muitas outras, relembrando as palavras de Sobrinho Simões que considerou que a avaliação teve "o propósito de destruir o tecido institucional criado nos últimos 20 anos, na convicção de que do deserto brotarão génios".
- Ressalvam que o Modelo que estão a implementar das universidades "for-profit" de ensino, por oposição às universidades de Ensino/Investigação, revelou-se nos EUA um fracasso total;
- Consideram que o Painel podia ter elaborado um relatório igualmente falso mas elaborado de forma mais cuidadosa, evitando meter os pés pelas mãos. Mas nem a isso se deu ao trabalho, partindo do princípio que no final de contas, qualquer coisa seria suficiente para encerrar o processo, respeitando quotas;
- Veem na avaliação um instrumento essencial para a afirmação nacional e internacional de qualquer Unidades de I&D, tanto quanto é um direito o serem avaliadas em processos nacionais transparentes;
- A articulação dos processos de avaliação com os processos de financiamento, sujeitos a quotas administrativas (que pervertem a razão científica), revela-se como principal medida política de estrangulamento da Investigação Científica nas Instituições de Ensino Superior e de perversão do modelo de ensino superior em vigor;
- Realçam que o que está em jogo para o CeIED e para a Universidade Lusófona não é a obtenção de financiamento, tendo em conta a sua capacidade de obtenção de financiamentos internacionais. O que está em causa é o facto de esta avaliação dificultar não só as candidaturas internacionais como a participação em redes, destruindo anos de construção de credibilidade;



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- Alertam para a necessidade de que as instâncias públicas nacionais, a quem compete atualmente a avaliação do desempenho das Unidades de I&D, deixarem de atuar de forma perversa, servindo desígnios que não constam de nenhuma política pública claramente assumida e que conclua, apesar de tardiamente, com transparência, sem queimar o resultado da 1ª fase, a avaliação da qualidade e do projeto científico deste Centro;
- Afirmaram que o processo de avaliação não teve transparência alguma, evidenciando-se atropelos brutais com regras alteradas antes, durante e depois, não se percebendo quais os critérios subjacentes a esta avaliação, não apresentados painéis da respetiva área em avaliação, não cumpriram os mínimos da urbanidade;
- Consideram que esta avaliação tem consequências gravosas para a unidade de investigação pois, face à possibilidade de coordenar redes do 2020, confrontam-se com o facto de ninguém querer Centros de “regular”, não sendo valorizados possíveis consórcios;
- Anunciou-se 3% para a Ciência e foi conseguido 1,4% / 1,3%, sendo este contexto que leva a países como a Alemanha, a Holanda e o Reino Unido a captar os grandes fundos;

b) [Grupo de Investigação em Recursos Marinhos – GITM](#)

Unidade de Investigação classificada como **fraca**

- Prof. Rui Pedrosa - Vice-presidente do Instituto Politécnico de Leiria

A Unidade de Investigação em Recursos Marinhos foi estabelecida em 2007 e é relativamente pequena, sendo que quando se submeteram ao processo de avaliação tinham 14 membros integrados.

Trata-se de uma unidade focada na Ciência e Tecnologia do Mar, na área dos Recursos Marinhos, sendo uma área estratégica para o futuro do país e estando inserida na Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Na avaliação de 2007 obtiveram a avaliação de “regular”, sendo um resultado adequado aos recursos que tinham, no momento, visto que os investigadores ainda estavam em processo de adaptação, numa unidade recém-criada.

Entretanto, a respetiva investigação aplicada foi marcando pela diferença, voltando-se para a economia e desenvolvimento dos recursos regionais. Mais de 70% dos projetos são hoje desenvolvidos com as empresas, havendo vários produtos no mercado nacional e internacional desenvolvidos na sequência destas parcerias.

Com este crescimento ganharam experiência e demonstraram e justificaram uma estrutura científica nova que teve parecer da FTC e que aliás será inaugurada em julho, com sede em Peniche, com 2.000m² para as áreas da biotecnologia dos recursos marinhos, aquacultura, microbiologia marinha, recursos alimentares marinhos.

Apesar da Unidade de Investigação ter o foco na investigação aplicada, na área da ciência e tecnologia do mar lideram praticamente todos os indicadores, exceto um.

Relativamente à nossa avaliação, esta tinha quatro critérios:

- Histórico: foi avaliada a produção de 2008/2012, tendo obtido a classificação de 4;
- Capacidade da equipa - desde os estudos bibliométricos e a produção de indicadores científicos, à capacidade dessa mesma equipa de atingir também alguns desses objetivos definidos, tendo obtido a classificação de Bom;
- Plano estratégico - em que se define a unidade o que se faz até 2020, tendo recebido a classificação de 2, sobretudo porque não foi tida em conta a criação de valor;
- Financiamento solicitado: em harmonização com o plano estratégico, tendo recebido a classificação de 2.

O discurso político e a importância da investigação aplicada não casa com a avaliação científica da FCT, alertando para o facto de os avaliadores dizerem que não deviam ser uma unidade de investigação mas sim uma empresa.

A investigação aplicada não foi valorizada, bem como a infraestrutura existente, não tendo o mar sido visto como estratégico.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Não obstante a classificação obtida nos 4 itens, tiveram a classificação final de 2, ou seja, “fraco”.

Contestaram em sede de audiência prévia e em sede de recurso mas não foram atendidos.

Consideram que esta Unidade, ligada à economia, à investigação e ao trabalho laboratorial, não pode ter este resultado, criticando a inexistência de visitas a todas as estruturas a avaliar.

Alertaram ainda para o facto de, numa fase final, com a aplicação de percentagens para a redução de financiamento, não haver equilíbrio entre os orçamentos das várias unidades, com o consequente corte.

Pese embora admitirem que não precisam do financiamento da FCT, pois nos últimos 7 anos tiveram um crescimento sem apoio da FCT, não consideram admissível a falta de reconhecimento do que fazem.

Consideram que a coordenação deste processo está a aniquilar as unidades de investigação, inibindo-as de ser competitivas internacionalmente, realçando que a avaliação atual denegria a entidade a nível internacional.

Na decorrência da intervenção dos deputados presentes, os representantes do CeIED indicaram, ainda, o seguinte:

- O processo decorreu sem transparência e com as regras alteradas ao longo do mesmo;
- Apresentaram recurso em todas as fases em que isso era possível e pediram para serem recebidos pela FCT, o que não se concretizou, enfatizando que outras unidades tinham sido recebidas, não se conhecendo os critérios aplicados;
- Na 1.ª e na 2.ª fase tiveram avaliações díspares, sem fundamento;
- Os avaliadores não conheciam o contexto e o trabalho da entidade e não quiseram ouvir muita coisa, tendo tido uma relação inadequada com os avaliados;



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- As consequências da avaliação são muito negativas, nomeadamente, em termos de coordenação e participação em parcerias internacionais, sendo a Alemanha, a Holanda e o Reino Unido beneficiados nos projetos internacionais;
- No último recurso pediram um novo painel e aguardam a resposta;
- Nos momentos de crise e austeridade as Ciências Sociais e Humanas são menos valorizadas, porque menos rentáveis, tendo realçado que estava em criação um movimento para juntar as unidades de Ciências Exatas àquelas, para encontrarem críticas comuns e mais forças;
- A avaliação deixa Portugal em má situação a nível europeu e internacional.

Já o representante do GIRM referiu o seguinte:

- O processo não foi transparente e não estavam definidos nem eram conhecidos, os patamares dos vários níveis de avaliação, por exemplo, a nível da produção científica;
- Foi centralizado todo o processo numa única instituição, num grupo restrito, a ESF, com participação nos painéis de investigadores portugueses de várias áreas, questionando a parcialidade do mesmo e defendendo uma avaliação com painéis constituídos por avaliadores de vários países;
- Pela sua análise, não se terá verificado favorecimento das unidades de investigação aplicada em relação às das Ciências Sociais e Humanas;
- A unidade tem uma rede nacional e internacional e entretanto foram convidados pela unidade melhor classificada da área a trabalharem com eles, como polo com autonomia financeira e científica e ponderam aceitar, para poderem ter uma participação em projetos internacionais;
- A classificação negativa da unidade penaliza-os na participação em projetos internacionais e mesmo nacionais e também quando os seus investigadores concorrem, nomeadamente para bolsas de doutoramento;
- Em termos de impacto na economia, referiu que o resultado da avaliação não chegava às pequenas e médias empresas, o que era conhecido no terreno eram os casos de sucesso.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- A avaliação, em relação a avaliações anteriores, tinha correspondido a uma situação de crescimento negativo e realçou que tinha sido introduzida muita subjetividade, com a avaliação do plano estratégico, quando anteriormente se avaliava essencialmente a produção, tendo considerado que devia desaparecer o elemento subjetivo.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

2.4. Audição com Reitores das Universidades e Presidentes dos Institutos Superiores Politécnicos

O Grupo de Trabalho da Ciência deliberou realizar um dia de trabalho dedicado à Ciência e concretizá-lo fora da Assembleia da República, tendo por isso sido promovido na cidade do Porto.

Assim, a 18 de maio de 2015, promoveu-se uma reunião com os mesmos, tendo sido questionados sobre o financiamento do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e sobre a avaliação das unidades de investigação.

Estiveram presentes os Deputados Elza Pais (PS, Coordenadora do GT da Ciência), Maria José Castelo Branco (PSD), Agostinho Santa (PS), Michael Seufert (CDS-PP), Diana Ferreira (PCP) e José Soeiro (BE) e, da parte das Instituições de Ensino Superior, o Reitor da Universidade do Porto - Sebastião Foyo de Azevedo, o Vice-Reitor da Universidade do Minho – Rui Vieira de Castro, o Presidente do Instituto Politécnico de Bragança - João Alberto Sobrinho Teixeira, o Presidente do Conselho Técnico Científico da Escola Superior de Gestão – Maria José da Silva Fernandes, o Presidente do Instituto Politécnico do Porto – Rosário Gamboa e o Presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo – Rui Alberto Martins Teixeira

Depois do enquadramento inicial das atividades promovidas no dia dedicado à ciência por parte do Parlamento, concretizou os objetivos da reunião.

A primeira intervenção coube ao Reitor da Universidade do Porto que salientou a maior relevância dada à estrutura de governo das Universidades, sendo o financiamento um dos pontos fulcrais. Havia necessidade de visitar os regimes jurídicos dos docentes e de uma visão mais integrada em relação ao Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior. Verifica-se alguma confusão entre autonomia e autogestão das Universidades, tendo manifestado concordância total com a primeira e manifestado discordância e séria preocupação em relação à autogestão das Faculdades e à interpretação dada por alguns relativamente àquele regime em termos gerais, defendendo antes a multidisciplinariedade e a integração da governação dentro da mesma instituição. Defendeu o não afastamento das unidades de investigação em relação às Universidades, considerando que nas Unidades e Centros de Investigação em que a maioria dos seus membros são universitários, a Universidade deve ter um papel relevante relativamente às políticas a seguir. Considerou o financiamento das instituições de ensino



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

superior fundamental, tendo realçado que os níveis do mesmo têm vindo a cair e informado que a Universidade do Porto tinha baixado em cerca de 20% as despesas de funcionamento e investimento, retiradas as despesas com pessoal. A Universidade do Porto possui uma visão de inserção internacional que necessita obviamente de suporte financeiro. O modelo atual de avaliação da investigação aponta para uma exigência de qualidade, de nível europeu e internacional. No entanto, houve uma transição brusca do modelo, o que provocou cortes e muita instabilidade, tendo defendido que a transição deveria ter sido feita de forma gradual. Identificou ainda algumas questões e erros da avaliação, pondo em causa a escolha da *European Science Foundation* (ESF) para a avaliação das unidades de investigação, criticando a inexistência de um guião de avaliação com os critérios a adotar e o critério de transposição da avaliação para o financiamento e sugerindo a reapreciação dos resultados da avaliação.

O Vice-Reitor da Universidade do Minho informou da opção desta Universidade por um modelo fundacional que ainda aguarda a correspondente resposta do Ministério. A Universidade tem 10% de produção científica e uma rede de relação internacional importante, tendo também realçado a importância do processo doutoral. Tem como objetivos o reforço da posição da entidade, a capacitação de excelência, o reforço de parcerias, a investigação relacionada com os desafios da sociedade e o posicionamento como ator decisivo no desenvolvimento regional e nacional. No plano externo da avaliação evidenciou a necessidade de explicitação das políticas de investigação e a preservação do controlo do sistema científico nacional, não o depositando em entidade externa. Questionou depois a relação entre a avaliação e o financiamento, entre a primeira e a formação pós-graduada e defendeu a importância da diferenciação entre avaliação e financiamento. Quanto ao processo de avaliação, referiu que se esperava que envolvesse avaliadores reconhecidos, com conhecimento da realidade do sistema científico nacional, defendeu a necessidade de valorização da capacidade demonstrada e realçou a importância do conhecimento em bloco. No que toca ao financiamento, referiu a importância da capacidade de captação de financiamento externo e de programas que prevejam o financiamento internacional. É muito importante considerarem-se os atores nacionais, evitar a descredibilização das instituições e promover uma avaliação cautelosa e consensualizada.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O Presidente do Instituto Politécnico de Bragança realçou a importância da ciência e da investigação aplicada e a repercussão no desenvolvimento do país, bem como a necessidade de ponderar o desenvolvimento integral do país, em termos de coesão, tendo realçado que os centros de investigação do interior eram muito penalizados. Defendeu a necessidade de análise diferenciada para determinados centros dos Politécnicos que inclusive têm solicitado centros de investigação aplicada, com capacidade de integração com empresas e avaliação também pela FCT, tendo referido que havia exemplos internacionais idênticos. A liberdade individual de cada investigador em relação aos centros de investigação é fulcral, tendo realçado a relação estabelecida com a Universidade do Porto e entre a associação dos centros de investigação dos Politécnicos a outras unidades de investigação.

O Presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, após propor uma rotina de diálogos entre o Parlamento e os investigadores, referiu que o novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior estabeleceu a existência de investigação nos Institutos Politécnicos, sendo que este Instituto, como centro de conhecimento, tem cerca de 5.000 alunos. Quanto à avaliação, realçou que a FCT não serve a causa dos centros de investigação, com o financiamento a ser um desastre e a ser necessário rever a situação dos investigadores individuais. Mais alertou para a importância da formação à distância, tendo feito uma pequena contextualização do Instituto de Viana do Castelo, nomeadamente o facto de desenvolver investigação aplicada, para acrescentar valor a nível regional, tendo várias associações com empresas e trabalhando em colaboração com outros centros. Finalmente, realçou que lhe foram atribuídos cerca de 10.000.000€ de financiamento, sendo que o mesmo gasta cerca de 13 a 15.000.000€ só em investigação.

A representante do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave referiu que os Institutos Politécnicos têm limitações em relação à investigação, sendo que o Instituto em causa tem um Centro reconhecido pela FCT, na área das ciências sociais e da contabilidade mas que na última avaliação perdeu esse reconhecimento recorrente. Os avaliadores não tinham nada a ver com a atividade do Centro e, pese embora ter reclamado da avaliação, a sua classificação manteve-se. Salientou a dificuldade de conseguir criar redes e de manter projetos com compromissos internacionais em função do seu não reconhecimento e da correspondente atribuição de financiamento.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A Presidente do Instituto Politécnico do Porto reiterou a importância do acompanhamento da matéria pelos Grupos Parlamentares, colocou a tónica na diversidade das instituições e indicou ainda o seguinte:

Quanto ao ensino superior, há necessidade de equacionar a rede, o governo das instituições e a margem de autonomia e financiamento, enfatizando que existe diversidade no interior de cada um dos dois sistemas e esta deve ser analisada e tida em conta na necessária reorganização da rede de ensino superior e referindo a inexistência de uma orientação de fundo no ensino superior. Ainda neste campo, recordou que a fórmula de financiamento não se aplica há anos, apesar de estar em vigor, sendo que o Instituto Politécnico do Porto tem um subfinanciamento reconhecido pela tutela de 26,5%, situação que se arrasta há anos e tem sido agravada pelas assimetrias geradas nos últimos anos, a ausência de aplicação da fórmula de financiamento.

Quanto à Avaliação pela FCT, considera que a mesma deve ser enquadrada num horizonte político maior que estimule e valorize o sistema científico nacional, sendo que os painéis de avaliação devem integrar investigadores de competência reconhecida – nacionais ou internacionais – mas conhecedores do nosso sistema científico. Mais referiu a necessidade de maior transparência nas avaliações e concordou com a sugestão apresentada pelo Reitor da Universidade do Porto de um guião, discutido e consensualizado, que orientasse os avaliadores evitando disparidades entre os mesmos. No subsistema politécnico, nenhum centro submetido à avaliação teve classificação superior a bom, sendo que o Instituto viu alguns dos seus centros passarem de excelente ou muito bom para bom. O IPP apresentou, por diversas vezes, o seu contraditório às avaliações feitas dos centros, mas nunca teve qualquer resposta. Sugeriu, como medida urgente, a reapreciação dos resultados e, enquanto tal não é possível, pelo menos a passagem dos centros avaliados com Bom para Muito Bom, sem reflexos no seu financiamento, se necessário. Finalmente, alertou para o facto de esta avaliação ter consequências muito graves ao nível do posicionamento das Instituições de Ensino Superior no programa Portugal 2020, mutilando a capacidade já instalada de várias instituições terem acesso a financiamento competitivo e prejudicando o país.

De seguida, interveio o Deputado José Soeiro, referindo que os Deputados pretendiam, essencialmente, ouvir os responsáveis e tendo manifestado concordância com um mecanismo regular e descentralizado de contacto da Assembleia da República com as instituições. Indicou que tinha



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

ouvido e registado as críticas, tendo realçado que tinha sido dito que não estava definido o que o país queria do sistema científico. Evidenciou a relação da Ciência com o desenvolvimento do país e indicou que duvidava de cortes sucessivos nos próximos 20 anos, realçando que iria continuar a haver saída de pessoas e falta de futuro para o sistema científico. Considerou depois que a correção do processo de avaliação era urgente. Em relação ao financiamento do ensino superior, informou que o BE era contra o modelo fundacional. Pediu ainda um balanço, uma avaliação, do que tinha sido anunciado pelo Governo e concretizado. Referiu depois a reponderação do Estatuto da Carreira Docente e mencionou que iam aprofundar o debate. Por último, solicitou a remessa de sugestões das instituições e disponibilizou-se para reuniões, propondo que houvesse encontros com mais regularidade.

A Deputada Diana Ferreira considerou que o Governo tinha vindo a dismantlar o sistema científico nacional e sujeitava-o aos interesses das empresas. Informou depois que o PCP tinha vindo a apresentar várias propostas sobre a matéria, mas tinham sido rejeitadas. Realçou que não havia só falta de dinheiro, mas também escolhas, opções assumidas e considerou que o Estado devia assumir as suas responsabilidades em relação ao financiamento da Ciência. Deu como exemplo o caso do Instituto de Linguística, que já tinha fechado as portas, tendo informado que a avaliação criticava o facto de só fazerem investigação em relação à língua portuguesa. Por último, referiu que o PCP tinha proposto a revogação da avaliação, bem como um novo modelo de financiamento, com as despesas fixas cobertas pelo Orçamento do Estado e só depois os projetos de investigação e o financiamento da FCT.

O Deputado Michael Seufert justificou que a reunião no Porto correspondia a uma opção de descentralização dos trabalhos do Grupo de Trabalho da Ciência, quando o respetivo Círculo tinha Deputados de todos os Grupos Parlamentares. Realçou a proximidade entre o financiamento e a avaliação. Em relação à avaliação, referiu que os elementos a levar em conta seriam quem avalia, com que critérios e como é que a avaliação se traduzia em financiamento, tendo realçado a importância da transparência do processo. Referiu depois que o sistema era muito diversificado em vários aspetos, pelo que era difícil arranjar um sistema de avaliação que lhe desse resposta. Indicou que a avaliação estava sempre a ser feita e considerou que a avaliação por degraus gerava oscilações. Referiu depois as dificuldades do Estatuto da Carreira Docente e dos investigadores individuais, realçou as sinergias entre instituições e enfatizou a diversidade e missão das escolas e do ensino superior.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O Deputado Agostinho Santa considerou que a tutela estava em negação e a realidade era a que as instituições indicavam, manifestou grande preocupação por o interior estar a ser varrido da investigação e referiu que o PS tinha dado importância às questões da Ciência, tendo realçado a relevância que tinha sido atribuída à mesma e ao ensino superior pelo ex-Ministro Mariano Gago. Defendeu depois a convergência da investigação até 2020 para valores idênticos aos europeus e referiu que atualmente se verificava uma mudança de paradigma, com perda de financiamento e um clima de desconfiança. Referiu que o PS tinha vindo a indicar o retrocesso e a apresentar propostas, nomeadamente, um Projeto de Resolução propondo a alteração do processo de avaliação, o qual tinha sido rejeitado. Por último, informou que o Grupo de Trabalho da Ciência tinha ouvido pessoas do setor e havia sinais de que a realidade existente era problemática.

A Deputada Maria José Castelo Branco referiu as mudanças atuais e realçou que a época de mudança era imposta pelo sistema europeu e internacional. Enfatizou a importância da educação e formação e que a geração da atualidade era a mais formada, mas se registavam altas taxas de desemprego, pelo que se impunham mudanças profundas. Realçou depois que era preciso que a investigação estivesse ligada às necessidades da sociedade, o mesmo devendo acontecer com a educação e a formação. Realçou depois a relevância da investigação em relação com as necessidades locais, sendo uma mais-valia para o tecido local, nomeadamente, em termos agrícolas e a sua relação com o combate ao desemprego. De seguida, salientou a relevância da parceria estabelecida entre as Universidades do Porto, do Minho e de Trás-os-Montes e Alto Douro e defendeu a cooperação entre Institutos Politécnicos e não a concorrência. Em relação ao modelo de avaliação, referiu que precisava de ser avaliado e melhorado, tendo enfatizado a importância de ter em conta o contexto regional. Por fim, referiu que o país tinha de repensar o modelo de investigação e defendeu a transferência de doutorados para as empresas.

Por fim, a Deputada Elza Pais realçou que os Grupos Parlamentares tinham abordagens diferentes, como se tinha constatado e retirariam as conclusões que entendessem, dando à situação a sequência pertinente, no âmbito dos poderes do Parlamento, em termos legislativos ou outros.

Para finalizar, o Reitor da Universidade do Porto reconheceu que a situação do país era difícil mas realçou que a questão dos graus de avaliação era mais política do que económica. Por último, pediu um consenso alargado para a governação multianual das instituições, mais autonomia, responsabilidade e previsibilidade e o repensar do modelo de avaliação.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

3. VISITAS

3.1. Laboratório Nacional de Energia e Geologia - Lisboa

A 7 de abril de 2015 o Grupo de Trabalho realizou uma visita ao Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), Laboratório do Estado objeto de reestruturação em 2014.

Estiveram presentes os deputados Elza Pais (PS, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Ciência), Nilza de Sena (PSD), Inês de Medeiros (PS), Michael Seufert (CDS-PP), Rita Rato (PCP) e Maria José Castelo Branco (PSD).

Da parte do LNEG, estiveram presentes a Presidente, Teresa Ponce de Leão, o Diretor do Laboratório de Energia, Hélder José Perdigão Gonçalves, o Diretor do Laboratório de Geologia e Minas, Mário Rui Machado Leite e outros responsáveis das unidades orgânicas e investigadores.

A Presidente do LNEG iniciou a visita, dando algumas informações sobre o Laboratório, seguindo-se, depois, uma reunião de trabalho, em que foram indicadas as várias alterações orgânicas desde 2009 e a inexistência de fiscal único e o visionamento de um filme em que se equacionava para que serve o conhecimento, a investigação e a demonstração, concluindo que tem como objetivo transferir conhecimento para a sociedade.

Foi ainda feita uma apresentação, na qual se indicou a missão e a visão do LNEG, como laboratório do Estado integrado no Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, o que os distinguia das universidades, as atividades que desenvolviam, nomeadamente em países dos continentes da América e da África, em parceria com empresas portuguesas e as prioridades que prosseguiam.

Informou que possuíam quatro laboratórios acreditados e apostavam na Carta Europeia do Investigador e no Código de Conduta para o Recrutamento de Investigadores, tendo-lhes sido atribuída recentemente pela Comissão Europeia o Logotipo de Excelência de Gestão de Recursos Humanos de Investigação, entregue pelo atual Comissário da Ciência.

Indicou depois vários projetos emblemáticos, a saber, Programa LNEG 2.0 (contribuir para a modernização administrativa do LNEG), enerGeo (plataforma de suporte à Rede de Inovação e Comunicação em Energia e Geologia), GEOPORTAL (infraestrutura de Dados Espaciais, para pesquisa



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

de informação das áreas de Energia e geologia), Arquivo Nacional de Amostras e Dados Geológicos – Litoteca (de apoio à investigação em Geociências, em instalações situadas em Aljustrel), desenvolvimento de um projeto em Angola.

Realçou, de seguida, o trabalho em rede, indicando as redes e plataformas internacionais em que participam, o facto de terem sido a instituição que teve mais projetos em energia no âmbito do anterior quadro comunitário (segundo o registo da FCT), a participação no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico e a existência de 3 projetos já financiados no âmbito do pilar desafios sociais H2020 e de várias candidaturas apresentadas.

Informou que o quadro de pessoal atual tinha 286 pessoas (enquanto em 2009 tinha mais de 500 trabalhadores) e apresentou um gráfico com a relação entre as receitas (do Orçamento do Estado/OE e receitas próprias) e o n.º de pessoas, tendo indicado que tinham um bom posicionamento, não obstante a redução do número de trabalhadores. Realçou ainda que o projeto que estavam a desenvolver em Angola, em parceria com empresas nacionais, permitia a contratação de trabalhadores fora do OE.

Mencionou depois vários projetos desenvolvidos em conjunto com as Universidades, bem como projetos a nível de bioenergia, recursos eólicos e a nível solar, carta geológica do país, proposta de cartografia hidrogeológica a integrar a nível europeu, de riscos geológicos e enfatizou ainda as condições específicas que possuíam em termos de sondagens.

Intervieram de seguida os deputados presentes na visita, salientando-se o seguinte:

- A Deputada Elza Pais questionou sobre os obstáculos, ameaças e oportunidades face à missão do LNEG, a situação dos bolseiros e dos contratos de Ciência, a forma de desenvolvimento dos projetos, o prazo para o seu término e a forma de gestão das várias situações, realçando ainda que a maioria dos laboratórios não cumpria a Carta Europeia do Investigador e enfatizando a diminuição dos orçamentos e a difícil gestão dos recursos próprios face à lei dos compromissos.

- A Deputada Nilza de Sena realçou a importância da visita às instituições e referiu que a Ciência não tinha sido muito prejudicada pela crise e perguntou como faziam a captação de receitas próprias e financiamento, bem como a articulação que era feita com a tutela. Questionou depois quais as parcerias existentes e o balanço que faziam, a forma como faziam a ligação para a transferência da



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

investigação para o tecido produtivo, bem como a colaboração com as Universidades, interrogando se eram complementares ou se havia sobreposição de trabalhos.

- A Deputada Maria José Castelo Branco, partindo da missão do LNEG, perguntou por que razão ainda não existia a cartografia geológica completa do país, tendo-a considerado uma prioridade.

- A Deputada Inês de Medeiros pediu para indicarem se a lei orgânica do LNEG tinha sido muito alterada ao longo dos anos, bem como se o nível de internacionalização atingido já era o desejável ou ainda podia haver crescimento e a sua relação com os recursos humanos. Perguntou ainda qual a ligação existente com as Universidades e com o Museu de História Nacional e os arquivos e que projetos desenvolviam a nível da costa marítima (realçando que atualmente se falava muito no mar e respetivos recursos). Em relação aos recursos humanos e bolsiros, referiu a relação entre as receitas e o pessoal e perguntou se havia falta de pessoal para desenvolver os seus projetos, tendo enfatizado o gráfico com baixa de receitas e de pessoas.

- A Deputada Rita Rato esclareceu que a inexistência de apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 129/2014, de 29 de agosto que promoveu a reestruturação do LNEG decorre da sua natureza de lei orgânica, impedindo a sua apreciação pela AR. No entanto, consideram que este diploma pode gerar desperdício, questionando sobre a justificação dada pela tutela. Equacionou depois a transferência de investigadores para a Direção Geral de Energia e Geologia, realçou a diminuição do número de pessoas e de receitas e enfatizou que eram os investigadores que captavam as receitas. Informou ainda que o PCP propunha orçamentos de funcionamento a suportar pelo Orçamento do Estado. Referiu também que entendiam não haver sobreposição entre os Laboratórios e as Universidades e perguntou qual o último concurso realizado para ingresso na carreira de investigação.

- O Deputado Michael Seufert louvou o documento de reflexão interna do LNEG e considerou que o mesmo ajuda as decisões políticas e a atividade do Laboratório. Realçou a importância de uma boa definição da missão institucional e perguntou se a mesma estava consolidada, se concordavam com ela, bem como com o posicionamento atual ou se deviam equacionar-se outras soluções. Por último, em relação às receitas próprias, perguntou que agregados estavam incluídos nas mesmas.

Após a intervenção dos deputados, os responsáveis do LNEG referiram o seguinte:

- Um dos problemas dos Laboratórios do Estado era não terem uma tutela conjunta com o Ministério da Educação e Ciência, tendo realçado que se sentiam desvalorizados;



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- As receitas próprias advinham de royalties, taxas, contratos com empresas e eram utilizadas para projetos e ainda para vencimentos;
- Havia bolsiros que viviam das bolsas ao longo da vida, tendo informado que aquele era um problema existente em vários países;
- Os projetos no âmbito do Horizonte 2020 permitiam contratar investigadores, tendo manifestado a expectativa de poderem contratar mais pessoal;
- O LNEG tem bolsiros com mais de 50 anos;
- Trata-se do Laboratório do Estado mais jovem, sendo que nas sucessivas alterações orgânicas, viu a sua tutela transferida do Ministério da Economia para o do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia;
- Percebiam a criação da Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis mas alertaram que as competências laboratoriais deviam manter-se no LNEG, sob pena de terem de ser replicadas, continuando a ter pessoal nessa área;
- As competências atribuídas ao LNEG na área dos combustíveis não são compatíveis com as da Direção Geral de Energia e Geologia e da Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, entendendo que não deviam sair investigadores do LNEG;
- As reduções de pessoal tinham estado associadas a reduções de orçamento, realçando que num eventual *superavit*, as receitas são integradas no Orçamento do Estado e não no LNEG;
- Tinham parcerias internacionais e nacionais, incluindo com universidades e empresas e participavam em várias plataformas, com ligação com as Universidades;
- Articulam a atividade com o Museu de História Nacional, sendo que a ligação com o Museu Geológico, por razões alheias ao LNEG, está parada;
- Têm 2 investigadores a trabalhar na área da energia costeira, sendo que algumas competências foram transferidas para o Instituto Português do Mar e da Atmosfera.

O Diretor do Laboratório de Energia e outros elementos da respetiva equipa manifestaram a sua discordância à transferência de competências em curso, considerando que o LNEG tem competências



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

na área da eficiência energética. Mais referiram que o Laboratório tem cerca de 124 pessoas, a que acrescem 50 bolsheiros pagos pelos projetos, sendo que os últimos concursos para investigadores foram em 2002. Alertam para o facto de a transferência requerida pela Direção Geral de 80 pessoas da área da energia, deixará o Laboratório de Energia com apenas 44 trabalhadores, o que implica uma impossibilidade de gestão. O Laboratório tem competências acumuladas ao longo dos anos, diferentes em relação às das universidades, porque têm uma missão de soberania, reiterando a preocupação com as sobreposições legislativas que se verificam. Finalmente, realçaram que todos os investigadores do LNEG, mesmo os dirigentes, têm trabalho experimental, sendo que as receitas próprias estão muito dependentes de projetos internacionais.

O Diretor do Laboratório de Geologia e outros elementos da respetiva equipa alertaram para a falta de recursos para desempenharem todas as funções, a transitoriedade das funções dos bolsheiros, a escassez de recursos para a publicação integral da carta geológica (custa cerca de 250.000€) e a falta e envelhecimento dos recursos humanos (o geólogo mais novo tem mais de 40 anos).

Interviu de seguida a representante da Comissão de Trabalhadores, igualmente responsável dos recursos minerais, que indicou a falta de estratégia na área dos recursos minerais (não geram riqueza e as verbas atribuídas não permitem estudos sérios), a inexistência de estudos em áreas de alto risco e ao nível da cartografia geológica, a redução dos recursos humanos, a discordância na manutenção dos arquivos nas Universidades em vez de ser no Estado, a diversidade de funções e, conseqüentemente, o excesso de funções dos trabalhadores do Laboratório e a descontinuidade da investigação com o recurso sucessivo a bolsheiros.

Por último, a Presidente do LNEG realçou que tinham um problema de recursos humanos, sendo a média de idade dos funcionários superior a 50 anos, faltando a geração dos 40 e dos 30 anos. Indicou ainda que o Conselho Diretivo (constituído pela Presidente e pelos Diretores dos 2 Laboratórios) acabou o mandato em 2002 e aguardava a sua mudança e a estabilidade. Salientou que tinham meios para angariarem recursos humanos, mas precisavam de estabilidade.

Nessa sequência, a Deputada Inês de Medeiros (PS) perguntou se havia um levantamento do número de pessoas em falta, tendo a Presidente do LNEG indicado que faltavam cerca de 20 pessoas.

A Presidente referiu depois a investigação desenvolvida na área do mar, em que tinham mapeado os recursos da energia das ondas e trabalhado nos sistemas eólicos flutuantes.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Por último, foi realçado que a Direção-Geral de Energia e Geologia tem o papel de licenciamento da área da energia e geologia e ao mesmo tempo da fiscalização do setor, tendo considerado que havia incompatibilidade e conflito de interesses nas duas funções.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

3.2. Associação Fraunhofer Portugal Research - Porto

Enquadrado no Dia da Ciência desenvolvido pelo Grupo de Trabalho, promoveu-se, a 18 de maio de 2015, uma visita à Associação Fraunhofer Portugal Research, sediada no Porto, com vista a contactar com uma unidade de investigação e inovação que opera ao nível de soluções de informação e tecnologias de comunicação para o desenvolvimento e que é competente pela transferência de conhecimento e ligação ao setor empresarial.

Estiveram presentes os Deputados Elza Pais (PS, Coordenadora do GT da Ciência), Maria José Castelo Branco (PSD), Agostinho Santa (PS) e Michael Seufert (CDS-PP), com a Associação a fazer-se representar pelo seu Diretor Executivo, Pedro Almeida, pela Presidente do Conselho Científico, Liliana Ferreira, e pelo líder de I&D, Rui Castro.

A Coordenadora do Grupo de Trabalho da Ciência fez o enquadramento das atividades do mesmo, concretizou os objetivos da visita e apresentou a delegação de Deputados.

Os representantes da Associação fizeram uma apresentação genérica da mesma, referindo ainda o seguinte:

- A associação tem sete anos de existência, tendo iniciado a atividade em 2008 e tendo como fundadores a Associação Fraunhofer e a Câmara de Comércio Portugal-Alemanha.
- A Associação Fraunhofer, com sede na Alemanha, é o maior centro de investigação a nível europeu, enquanto a Associação em Portugal atuava a nível de tecnologia de informação e comunicação.
- A visão da Associação centrava-se nas TIC e na sua utilização por pessoas que as usavam menos (idosos e países em vias de desenvolvimento), pretendendo criar tecnologia fantástica, de fácil utilização e com um mínimo de manutenção, inclusive para pessoas com limitações (visuais, cognitivas, entre outras).
- Os seus objetivos operacionais centram-se no apoio à indústria, prestando serviços no continente europeu e em África.
- Têm colaboradores com formações de várias áreas, contando em 2010 com 34 pessoas e em 2014 com 100.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- O seu financiamento advém, em percentagens idênticas, da indústria, da investigação e de contratos programa, tratando-se de contratos de trabalho anuais, até 3 anos, e após esse período, sem prazo.
- Saliaram os prémios que já receberam, nomeadamente do Banco Mundial;
- Apresentaram vários projetos, nomeadamente com utilização de smartphone, a nível de deteção e prevenção de quedas de idosos (utilizando jogos), para utilização de surfistas (monitorizando a sua atividade) e para questões de segurança (integração nos coletes dos polícias), estando em preparação soluções económicas para análises médicas.
- Saliaram um projeto desenvolvido em África no âmbito do exercício da cidadania, através do qual os cidadãos contactam as instituições públicas, obtendo informações, apresentando reclamações e dando informações às mesmas.

Os Deputados foram colocando questões, fazendo observações e obtendo informações ao longo das apresentações.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

3.3. Centro de Física e Investigação Tecnológica da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

Aquando da sua audição, pelo Grupo de Trabalho da Ciência, na qual contestaram a avaliação de Bom que lhe foi atribuída no âmbito do processo de avaliação das Unidades de Investigação, promovido pela FCT, os representantes deste Centro convidaram os Deputados para uma visita ao Centro, por forma a contactarem no local com as atividades desenvolvidas e as dificuldades identificadas.

Esta visita concretizou-se no passado dia 16 de junho de 2015, tendo estado presentes os Deputados Elza Pais (PS, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Ciência), Ana Sofia Bettencourt (PSD), Acácio Pinto (PS) e Rita Rato (PCP) e, como representantes do Centro, Paulo Manuel Limão-Vieira, Diretor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e Coordenador do Centro, Prof. Moutinho, Fundador do Centro, e ainda outros responsáveis das unidades orgânicas e investigadores.

Num breve enquadramento do Centro, referir que:

- Foi fundado em 1994, tratando-se de uma unidade de investigação integrada no departamento de Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa;
- Desenvolve investigação fundamental (30%) e investigação aplicada e/ou desenvolvimento experimental (70%);
- Conta com 16 investigadores doutorados, mais de 14 alunos de doutoramento, 12 alunos de mestrado, 3 investigadores (sendo que 2 estão a cessar os respetivos contratos) e 1 técnica administrativa;
- No período de 2014-2015 conta com diversas dezenas de publicações em revistas de circulação internacional;
- Mantém colaborações internacionais com unidades estrangeiras de referência mundial e tem uma atividade relevante na formação de estudantes de doutoramento em programas desenvolvidos em parceria com outras Universidades, nomeadamente ao abrigo do programa brasileiro Ciência sem Fronteiras;
- A classificação de “bom”, que lhe foi atribuída na avaliação recente, gera várias dificuldades ao seu funcionamento.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A visita iniciou-se com uma intervenção do Diretor da Faculdade de Ciências e Tecnologia que referiu, entre outras coisas, a realização anual, pela Faculdade, de dia de Ciência (*Science Spring Day*), aberto à comunidade, cuja 3.ª edição teve lugar em 22 de maio, tendo entregue exemplares da revista da Faculdade, com informação sobre a mesma e sobre o evento em causa.

Indicou ainda que a Faculdade tem 8.000 estudantes e visa ser uma escola de investigação e ensino de muita qualidade, possuindo 16 centros de investigação, tendo 3 obtido a classificação de excecional (tendo realçado que esse número também foi alcançado pela Universidade do Porto, mas na totalidade das suas Faculdades).

De seguida, interveio o Coordenador do Centro que, após transmitir informações sobre a sua missão e estrutura, transmitiu a sua posição em relação ao processo de avaliação, nomeadamente que:

- Os relatórios de três avaliadores deram-lhes uma avaliação boa e um outro relatório foi negativo, o que originou a classificação final de “bom”;
- Dessa avaliação resultou um financiamento base de €10.000, tendo a FCT atribuído posteriormente um financiamento de reestruturação de €50.000/ano em 2015 e 2016, valor que devem, numa parcela de 20%, entregar à Universidade Nova, por *overheads*;
- Renovaram os contratos de cinco investigadores do Programa Ciência 2007 e Ciência 2008 e muitos outros ficaram sem renovação dos contratos;
- A classificação de “bom” coloca o Centro num patamar desfavorável em relação a concursos individuais de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento e noutros concursos competitivos;
- De harmonia com os dados da FCT, estavam bem posicionados em termos bibliométricos;

De seguida, deu a palavra ao Prof. Moutinho, o qual indicou o seguinte:

- O Centro faz investigação experimental, com equipamentos feitos ou montados no mesmo, sendo a manutenção assegurada por eles próprios;
- A tecnologia deve estar no centro da atividade, até para que o ensino não seja livresco;



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- No 1.º ano da sua atividade tinham tido a classificação de Bom e nos subsequentes sempre Muito Bom, contestando a última classificação de Bom;
- Tentam desenvolver equipamentos específicos para a sua atividade, sendo que os existentes têm um valor de cerca de €1.000.000, representando a sua manutenção anual cerca de 10% desse valor;
- Só podem recrutar um número limitado de estudantes e os docentes dedicam um pequeno número de horas à investigação, contando com o apoio de algumas empresas;
- Os Centros não têm uma entidade de apoio mas apenas uma entidade que financia e avalia, a FCT, tendo referido as dificuldades de compra de equipamentos pois têm um valor muito elevado;
- O Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia tinha referido a necessidade de haver orientações para a Ciência e defendeu que a investigação não podia ser financiada apenas por projetos, indicando ainda que na Alemanha havia financiamento plurianual, a 12 anos.

Intervieram depois os deputados presentes, salientando-se o seguinte:

- A deputada Elza Pais realçou o papel do Centro e referiu que o mesmo seria posto em causa pela avaliação de Bom que lhe tinha sido atribuída e pela inerente diminuição de financiamento, pedindo que esclarecessem os motivos inerentes à baixa de classificação de Muito Bom para Bom e qual a estratégia a adotar para a manutenção do seu funcionamento;
- O Deputado Acácio Pinto referiu que o paradigma atual era diferente e que o mesmo tinha posto em causa as instituições e o prosseguimento sustentado a médio e longo prazo, que ficava dependente de posições casuísticas, tendo defendido que devia haver uma reavaliação do modelo.
- A Deputada Ana Sofia Bettencourt pediu indicação dos motivos da alteração da classificação e daquilo que estavam a fazer para os colmatar e perguntou se o Centro tinha equacionado eventuais fusões e parcerias com outras entidades, questionando ainda sobre o impacto da avaliação no Centro e sobre a adequação do júri e a transparência do respetivo concurso;
- A Deputada Rita Rato defendeu a anulação do processo de avaliação pois o mesmo não pretendia aumentar a capacitação dos Centros mas sim diminuir o financiamento às instituições e defendeu um financiamento base de funcionamento ao considerar que o financiamento associado apenas a



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

projetos era desadequado, contestando ainda a afirmação do Ministro da Educação e Ciência de que havia doutorados a mais no setor público e sustentando que há doutorados a menos no setor privado. Informou ainda que o PCP pretende a anulação do processo de avaliação e a realização de um novo processo, realçando que Portugal é um contribuinte líquido da investigação e que não havia um sistema integrado e a valorização do corpo dos investigadores. Finalmente, questionou os representantes do Centro sobre o número de investigadores do Programa Ciência 2007 e 2008 integrados e o impacto da classificação de Bom no número de bolsas atribuídas.

Em resposta às questões e observações dos deputados, os representantes do Centro referiram que:

- Não rejeitam a avaliação mas contestam a falta de resposta por parte do Ministro da Educação e Ciência e da FCT quando alertados para os erros na classificação do Centro, acrescentando que não se tinham apercebido que podiam reclamar após a audiência prévia;
- Reconheceram que o Centro tinha fragilidades mas não as que os avaliadores tinham referido e que a sua posição atual era difícil;
- Informaram que ainda tinham doutorados do Programa Ciência 2007 mas não tinham podido integrá-los todos;
- Questionaram a transparência do processo de avaliação e contrapuseram que algumas apreciações dos avaliadores não mereciam credibilidade;
- Referiram que o Centro tem 16 investigadores, não pretendendo ser impelidos a eventuais fusões;
- Salientaram a desigualdade a nível de concorrência internacional, decorrente do financiamento;
- Indicaram vários projetos em que trabalham, referindo o interesse do setor privado por algumas destas investigações;
- Discordaram depois da avaliação sem visita às instituições (que só acontecia na 2.ª fase, na qual só estão incluídas as instituições com classificação superior a Bom), do painel de avaliadores ser reduzido e, em alguma medida, incompetente em relação à matéria e das regras utilizadas na avaliação terem mudado durante o processo da mesma;



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Para finalizar, procedeu-se à visita das instalações do Centro, permitindo o contacto com diversas investigações, nomeadamente, no âmbito da fotónica, sensores de qualidade de azeite e dos dispositivos de células solares, confinamento de gases, ensaio de peças, medição de gases da cortiça, ciências das superfícies, degradação de unidades de ADN por transferência de electrão, área biométrica e de laser solar.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

4. CONCLUSÕES

O trabalho desenvolvido no âmbito do GT-Ciência centrou-se essencialmente em torno de duas questões fundamentais: o financiamento e sustentabilidade do sistema científico e a avaliação das Unidades de Investigação efetuada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) com a colaboração da *European Science Foundation (ESF)*.

Os trabalhos do GT-Ciência decorreram de janeiro a julho de 2015, tendo sido realizadas nesse período onze iniciativas, entre Audições, Audiências e Visitas a instituições.

Dada a escassez de tempo, o grupo de trabalho teve de definir critérios muito objetivos para a realização das Audições às Unidades de Investigação, de modo a que se pudesse ter uma visão global do processo e se pudessem ouvir centros e unidades de investigação de todos os níveis de classificação adotados. Foi seguido o critério de ouvir a Unidade mais bem classificada de cada um dos níveis de classificação estabelecidos, desde o excecional até ao insuficiente.

Esta sessão legislativa foi ainda marcada por um dia dedicado à Ciência fora do Parlamento - Dia da Ciência, que se realizou na cidade do Porto, através de uma Audição com os Reitores das Universidades e os Presidentes dos Institutos Superiores Politécnicos públicos a norte do Douro, nomeadamente Reitor das Universidades do Porto, Vice-Reitor da Universidade do Minho e de Trás-os-Montes e Alto Douro e os Presidentes dos Institutos Politécnicos do Porto, do Cávado e Ave, de Viana do Castelo e de Bragança, e uma visita à [Associação Fraunhofer Portugal Research \(Fraunhofer Portugal\)](#), unidade de investigação e inovação que promove transferência de conhecimento e ligação ao setor empresarial. Além desta visita efetuaram-se mais duas, nomeadamente ao Centro de Física e Investigação Tecnológica da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e ao Laboratório Nacional de Energia e Geologia – Lisboa.

De um modo geral todas as entidades ouvidas convergem no entendimento da importância de um sistema de financiamento e de avaliação de qualidade que garanta a sustentabilidade do sistema científico e tecnológico nacional, fundamental para o desenvolvimento do país em termos de coesão social e territorial. Foi salientada a importância da transferência do conhecimento para o tecido empresarial, que muito pode contribuir para um aumento da empregabilidade altamente qualificada



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

ao nível da integração de doutorados nas empresas e para um reforço da nossa competitividade em termos nacionais e internacionais.

Quanto ao financiamento das Universidades salienta-se a necessidade de rever o regime jurídico dos docentes e uma visão mais integrada do regime jurídico das instituições de Ensino Superior no sentido de promover uma maior autonomia das Universidades. As Unidades e Centros de Investigação não devem estar afastados das Universidades e devem ter um papel relevante na definição das políticas científicas.

Relativamente ao financiamento das instituições de ensino superior, foi evidenciada uma grande preocupação com as quebras de financiamento que chegaram a atingir níveis de 20% das despesas de funcionamento e investimento que podem afetar a visão de inserção internacional de que as Universidades necessitam. No que toca ao financiamento, referiram ainda, de um modo geral, a importância da capacidade de captação de financiamento externo e de programas que prevejam o financiamento internacional.

Quanto à Avaliação promovida pela FCT em estreita articulação com a da *European Science Foundation (ESF)*, de um modo geral, as entidades ouvidas consideram que a mesma deve ser enquadrada num horizonte político maior que estimule e valorize o sistema científico nacional, sendo que os painéis de avaliação devem integrar investigadores de competência reconhecida – nacionais ou internacionais – mas conhecedores do nosso sistema científico. Salientam ainda a importância de se considerarem os atores nacionais e evitar a descredibilização das instituições, devendo promover-se uma avaliação cautelosa e consensualizada.

Relativamente à escolha de uma instituição internacional para fazer a avaliação, os cientistas consideram tal opção adequada, contudo questionam a ausência de experiência de avaliação da *European Science Foundation (ESF)*, salientando a referência ao fato da avaliação dever envolver avaliadores reconhecidos, com conhecimento da realidade do sistema científico nacional, o que nem sempre aconteceu.

Quanto ao modelo atual de avaliação da investigação, de um modo geral salienta-se que ninguém põe em causa a necessidade de um modelo de avaliação rigoroso e de qualidade de nível europeu e internacional. Contudo, foi referido que a transição brusca de modelo, com regras nem sempre bem



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

definidas e que se iam alterando ao longo do processo, provocou elevados níveis de insatisfação e muita instabilidade.

De todo o modo, o processo de avaliação foi alvo de muitas reservas e críticas por parte de todas as Unidades de Avaliação ouvidas, independentemente do nível de classificação.

Foi considerado que os processos de avaliação deviam ser autónomos dos processos de financiamento, não devendo estar sujeitos a quotas administrativas como aconteceu, o que se pode constituir numa das principais medidas de estrangulamento da sustentabilidade do sistema de investigação científica.

Foi referido de um modo geral que o diálogo entre a comunidade científica, a FCT e a entidade avaliadora é central para que o processo decorra de forma justa e equilibrada, tendo em conta as diversas sensibilidades e especificidades inerentes a um processo desta natureza, e que as regras se devem manter estáveis e transparentes, o que nem sempre aconteceu, desde o início até ao fim do processo de avaliação.

Alertaram ainda para o fato de, além de uma componente de avaliação à distância, dever ter sido incorporada uma visita às instituições como estava inicialmente previsto pela FCT, mas por razões não clarificáveis, tal não aconteceu. Discordaram da avaliação sem visita às instituições (que só acontecia na 2.ª fase, na qual só estão incluídas as instituições com classificação superior a Bom), do painel de avaliadores ser reduzido e as regras utilizadas na avaliação terem mudado durante o processo da mesma.

Outra das questões referidas foi a discriminação das Humanidades, sendo que esta questão não se coloca apenas neste processo de avaliação, mas também em termos europeus ao nível do Horizonte 2020 que quase não tem financiamento para as Ciências Sociais e Humanidades, apesar de ser transversal a todas as áreas com implicações sociais. A valorização da investigação aplicada relativamente à investigação fundamental também foi uma das questões assinaladas como algo que não reforça e fragiliza a sustentabilidade do sistema científico e tecnológico nacional.

Foi considerado ainda pelas unidades classificadas nos níveis mais baixos, que avaliação pode ter consequências gravosas para a unidade de investigação pois, face à possibilidade de coordenar redes do 2020, confrontam-se com o facto de ninguém querer Centros de “regular”, não sendo valorizados possíveis consórcios. A classificação negativa da unidade é penalizadora para a participação em



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

projetos internacionais e nacionais, e também quando os seus investigadores concorrem, nomeadamente a bolsas de doutoramento ou a projetos no âmbito do programa Portugal 2020, podendo restringir a capacidade já instalada ao nível do acesso a financiamento competitivo.

Aquando do “dia da Ciência”, os cientistas ressaltaram que este Modelo que está a ser implementado das universidades “*for-profit*” de ensino, por oposição às universidades de Ensino/Investigação, revelou-se nos EUA como um fracasso total.

Salienta-se ainda o alerta do Conselho de Reitores das Universidades Públicas, segundo o qual “para que um sistema de avaliação seja capaz de promover a excelência tem de, ele próprio, ser pelo menos excelente, se não excepcional”.

Uma referência final ao LNEG, onde se salienta a discordância de transferência de competências em curso, considerando que o LNEG tem competências na área da eficiência energética. Apesar de compreenderem a criação da Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, alertaram que as competências laboratoriais deviam manter-se no LNEG, sob pena de terem de ser replicadas, uma vez que continuam com pessoal nessa área. As competências atribuídas ao LNEG na área dos combustíveis não são compatíveis com as da Direção Geral de Energia e Geologia e da Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, entendendo que não deviam sair investigadores do LNEG.

Por fim, e como propostas para o futuro acompanhamento do desenvolvimento e sustentabilidade do sistema científico e tecnológico nacional salienta-se a necessidade de se reforçar o incentivo à investigação e a transferência de conhecimento para o tecido empresarial, nomeadamente com o incremento do papel das instituições de ensino superior na investigação científica e tecnológica.

É igualmente importante que se valorizem e apoiem as estratégias institucionais de internacionalização, promovendo mecanismos de funcionamento e financiamento que capacitem esses processos e incrementem a participação em programas, parcerias e redes internacionais que fomentem a credibilidade da nossa produção científica e tecnológica e dos nossos recursos humanos.

É fundamental que se garanta a sustentabilidade do Sistema Científico e Tecnológico Nacional mediante a promoção de diferentes e regulares instrumentos de financiamento e apoio da atividade científica e tecnológica que assegurem a diversidade das áreas do conhecimento e que se incremente,



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

de forma progressiva, a percentagem de investimento do PIB em I&D, tendo em vista o objetivo definido pela União Europeia de alcançar 3% de investimento até 2020.

Finalmente, salientar que a questão da avaliação das unidades de investigação é central no sistema científico, pelo que deve ser rigorosa e justa, envolver a comunidade científica e assentar em critérios de transparência, rigor e clareza procedimental, e deve promover um financiamento ajustado ao projeto estratégico definido.

Palácio de S. Bento, 21 de julho de 2015

O Grupo de Trabalho da Ciência

Elza Pais (PS) - Coordenadora